

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre a imortalidade e o esquecimento: Rui Barbosa como símbolo literário e jurídico.

Wilton Carlos Lima da Silva ¹

Resumo.

O trabalho pretende discutir a partir de indicadores bibliográficos qualitativos e quantitativos a dinâmica de manutenção e desgaste da memória intelectual e cívica de Rui Barbosa (1849 - 1923), jurista e político com uma trajetória de consagração pública incomparável, e que se traduz em permanência de um mito e esquecimento de uma obra.

Palavras chaves: Rui Barbosa, Biografia, Mito Cívico.

Abstract.

This work make a qualitative and quantitative measuring about the dynamics of maintenance and consuming of the intellectual and civic memory of Rui Barbosa (1849 - 1923), jurist and politician with a trajectory of incomparable public consecration, and that it expresses permanence of a myth and oblivion of a workmanship.

Keywords: Rui Barbosa, Biography, Civic Memory;

Rui Barbosa (1849 - 1923), dentro da tradição polivalente e erudita do século XIX, foi jovem poeta, jornalista, tradutor, professor, advogado, deputado, ministro, senador e diplomata. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras (e sucessor de Machado de Assis em sua presidência), candidato três vezes à Presidência do País, encarnação de um modelo de bacharelismo liberal e exemplo vivo de um estilo de linguagem escrita e oral, com uma trajetória de consagração pública incomparável.

Sua memória tem sido campo da manutenção dos mitos criados em vida (como as alcunhas sempre reafirmadas de “o baiano genial” ou “a Águia de Haia”) ao mesmo tempo em que surgiu um redimensionamento de seu valor político, intelectual e literário (como na sua identificação como dono de “reduzidas idéias e de escassa originalidade”, por Alfredo Bosi, ou simples tagarela que “diminui impressionantemente de estatura a medida que desaparecem os que ainda o ouviram”, por Antônio Cândido).

Observando a avaliação que determinados autores fazem da produção intelectual de Rui Barbosa, identificam-se duas tendências básicas: a afirmação do mito, quer pela

¹ UNESP, Campus de Assis (SP), Professor Assistente Doutor. O presente trabalho faz parte da pesquisa “Bacharelismo, Leis e Jargão: o Código Civil de 1916”, que conta com o fundamental apoio material da FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da UNESP.

confirmação de referenciais já consagrados na “epopéia” do personagem, quer pela descoberta de novos aspectos que são agregados ao universo mítico do mesmo; ou o questionamento do mito, através do desmonte dos aspectos deformados ou amplificados das representações fabulosas sobre o personagem.

Os advogados e juristas identificam em Rui Barbosa uma entidade quase totêmica, no sentido de que é utilizado como símbolo sagrado de seu grupo social e lhe são atribuídas qualidades pessoais e profissionais quase sobre-humanas, constantemente reafirmadas em diversas instâncias formais e informais do grupo.

Miguel Reale, por exemplo, pode ser utilizado como representante dessa perspectiva de enaltecimento do herói mítico, quando ao se propor identificar “legítimos representantes da ‘inteligência brasileira’” não só inclui o jurista baiano (em lista de que constam “notáveis” como Teixeira de Freitas, Tobias Barreto, Pontes de Miranda, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Fernando Azevedo, Gilberto Freyre e José Guilherme Merquior, entre outros) como, em flagrante exagero, afirma que os textos sobre o ensino do “jovem Rui”, assim como os dos jovens Hegel e Marx, marcam “um dos momentos mais altos de nossa experiência intelectual” e que tal texto, inclusive, nega a imagem construída do jurista como “um ideólogo perdido no mundo das abstrações e divorciado da realidade, a ponto de contrapor-se o seu alegado ‘anacronismo’, por exemplo, à ‘atualidade’ de Joaquim Nabuco.” (REALE, 1994: 59)

Diversas obras trilham o mesmo caminho do enaltecimento desmedido, como Sílvio Portugal que em referência a participação do jurista na Conferência de Paz, de Haia (em 1907) afirma que o brasileiro “com sua eloquência, seu descortino, sua cultura verdadeiramente assombrosa, seu perfeito conhecimento de línguas estrangeiras e de todos os problemas jurídicos que ali se discutiram, imprimiu à nossa representação um brilho incedível, maravilhou o mundo e elevou o nome do Brasil às maiores alturas” (PORTUGAL, 1998: 167); ou ainda Astrojildo Pereira que identifica o mito como “atilado comentador dos fatos políticos, sociais e literários” em que “tudo quanto produziu, e sua obra é imensa, distingue-se pelo saber exaustivo dos assuntos que versava e por um extraordinário poder verbal, só comparável, na língua portuguesa, ao de um Antônio Vieira” (PEREIRA, 1998: 985), entre diversos outros exemplos possíveis.

Selecionamos quatro publicações voltadas para o auxílio na pesquisa bibliográfica sobre a história e as questões sociais e políticas do Brasil, como fontes para uma reflexão sobre a forma como a obra e o mito de Rui Barbosa podem ser percebidos: O Brasil no Pensamento Brasileiro, de Djacir Meneses, coletânea de textos que o autor identifica como

básicos da realidade e história brasileira; Dicionário BioBibliográfico de Autores Brasileiros: Filosofia, Pensamento Político, Sociologia e Antropologia, organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, que referencia as obras e estudos sobre cerca de 400 pensadores brasileiros; a Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro, de Ronaldo Conde de Aguiar, com sínteses sobre 57 autores fundamentais e os principais estudos sobre suas obras e idéias; e Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965), de Wanderley Guilherme dos Santos, um minucioso e exaustivo levantamento de periódicos, autores e obras, divididas cronologicamente.

O livro de MENESES (1999) tem a primeira edição em 1956, e ambiciona unir diferentes textos que reflitam sobre a questão nacional a partir de sete temas que nomeiam os capítulos, a saber, As Instituições e o Meio Social; Eleições, Rebeliões e Partidos; Retratos do Brasil; Caminhos na Terra e na História; O Ensino e as Elites; A Tese Republicana; e A Crítica Inconformista, com setenta e dois textos de diferentes autores e épocas.

Como para o presente trabalho nos interessa a percepção da presença ou ausência da herança intelectual e política de Rui Barbosa, um livro como esse estaria em consonância com a idéia geral de um “cânone do pensamento social brasileiro”, no qual a presença do jurista legitimava a sua obra como digna de lembrança ou como retrato significativo de um momento na formação nacional. MENESES (1999: 649-656) incluiu Rui Barbosa no capítulo O Ensino e as Elites, em texto sobre a estrutura dos cursos jurídicos na Reforma do Ensino Secundário e Superior, de 1882.

A trajetória política e intelectual de Rui Barbosa lhe garantiu três adjetivos que marcaram seu mito: a sua importância como paladino do liberalismo político e vulto público de primeira grandeza, assim como o aspecto circunstancial de seus discursos e libelos, aliado ao volume impressionante de sua produção escrita.

A partir de tais aspectos sugerimos um contraste com três outros pensadores que não só se destacam por características semelhantes como seriam inevitavelmente lembrados como parte de um “cânone do pensamento social brasileiro”, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero e Gilberto Freyre, e que permitiriam, em nosso entender, por aproximação e afastamento, vislumbrar a verdadeira dimensão da produção e influência desses quatro autores.

Assim sendo, no livro de MENESES (1999) também se fazem presentes Joaquim Nabuco (p. 359-370), com “A lavoura, a alforria e as classes”, fragmento de O Abolicionismo, de 1883, no capítulo Eleições, Rebeliões e Partidos, Sílvio Romero (p. 215-221), com “As zonas sociais e a situação do povo”, trecho de Provocações e Debates, de

1910, e Gilberto Freire (sic) (p. 73-83) com o texto “Sobrados e Mocambos”, parte da obra homônima de 1936, ambos no capítulo As Instituições e o Meio Social.

No entanto, se em 1956 e na opinião de MENESES (1999) o jurista baiano se igualava aos outros três autores, ocupando espaço semelhante dentro da discussão intelectual sobre a questão nacional, as décadas seguintes e outros autores vão redimensionar a importância de sua obra.

O Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia, organizado pelo CDPB - Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (1999), permite alguns exercícios quantitativos.

A partir do levantamento do CDPB (1999) é possível identificar os números da obra de cada autor, assim como de seus comentadores, dimensionando a produção pessoal e da força seminal de suas vidas, obras e idéias:

Produção bibliográfica de alguns pensadores brasileiros (séc. XIX e XX)				
	RUI BARBOSA	JOAQUIM NABUCO	SILVIO ROMERO	GILBERTO FREYRE
Obras próprias	162	24	74	135
Comentadores	261	45	120	34
Total	423	69	194	169

Fonte: CDPB - Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros. Brasília: Senado Federal, 1999.

O levantamento detalhado efetuado pelo CDPB (1999) não só permite constatar o volume da obra do jurista mas também uma abordagem qualitativa sobre diferentes aspectos, tornando mais ampla a análise, para além dos totais da produção de cada autor em termos de volume, ao permitir identificar a distribuição temática dos volumes dentre os quatro eixos proposto pela publicação (filosofia, pensamento político, sociologia e antropologia), assim como oferecer pistas para o processo de recepção da obra ao longo de certos períodos, identificando a quantidade de publicações sobre cada autor dentro de um gradiente temporal que marcaria o aumento ou a diminuição do interesse que a obra despertou em diferentes momentos.

Pensando em termos temporais sobre a produção de textos de comentadores como referencial da recepção, temos a seguinte distribuição:

Número de publicações de comentadores sobre alguns intelectuais						
(entre o século XIX e XX.)						
Intelectual	Sem Data	Até 1920	1921-1950	1951-1980	1981-1998	Total
Rui Barbosa	13	26	114	69	39	261
Joaquim Nabuco	1	7	24	8	5	45
Silvio Romero	4	27	20	32	37	120
Gilberto Freyre	--	--	1	13	20	34

Fonte: CDPB - Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros. Brasília: Senado Federal, 1999.

Embora os marcos temporais sejam arbitrários, entendemos que de certa forma atendem às periodizações importantes da história literária e intelectual brasileira (o ambiente pré-modernista, o modernismo na sua primeira e segunda geração, assim como o período mais recente) assim como certas condições específicas da vida e memória de Rui Barbosa em determinados momentos, como o seu jubileu “cívico-literário” (1918), falecimento (1923) e centenário (1949), que podem ter causado significativo aumento de trabalhos sobre suas obras.

A distribuição temporal do material sobre Rui Barbosa, portanto, tem 5% sem data definida, 10% até 1920 (período que envolve a transição entre Monarquia e República e a dominação oligárquica, a manutenção do ideal bacharelesco, assim como praticamente toda sua vida política e intelectual), 44% entre 1921 e 1950 (volume que concentra a maior produção e que se situa entre a crise do domínio oligárquico, a Era Vargas e a redemocratização, a ruptura modernista em sua primeira fase e o falecimento e centenário do jurista, e que mostra-se bastante fértil na manutenção do mito), 26% entre 1951 e 1980 (em que ocorre uma diminuição significativa da produção sobre Rui Barbosa, paralelamente ao desenvolvimento e crise do populismo e a ditadura militar, assim como em uma nova fase do modernismo) e, finalmente 15% entre 1981 e 1998 (com a redemocratização e o ocaso do mito).

O levantamento do CDPB (1999) permite um outro exercício de análise a partir da separação temática das publicações sobre o autor, suas obras e idéias.

Número de publicações temáticas sobre Rui Barbosa						
Biografias	Direito	Política	Linguagem	Educação	Diversos	Total
135	22	44	29	19	12	261
52%	8%	17%	11%	7%	5%	100%

Fonte: CDPB - Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros. Brasília: Senado Federal, 1999: 69-76.

O gênero biografia ocupa não só posição de destaque, mas majoritária quando cotejada com os temas sociais, políticos ou intelectuais na bibliografia sobre o jurista baiano – sendo que JOHNSON (1973) constata a utilização da figura de Rui Barbosa como um mito e lamenta a inexistência de uma biografia crítica digna da importância do papel do personagem, citando Rui: o homem e o mito, de 1964, do jornalista Raymundo Magalhães Júnior, como única exceção ao culto à memória do jurista.²

A proeminência das biografias nas obras sobre o jurista baiano reflete o esforço de manutenção do mito do herói e símbolo cívico, que digno de prestígio, respeito e adoração era também perpetuado na fachada das escolas, bibliotecas, ruas, praças e monumentos.

Na Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro, de Ronaldo Conde de Aguiar, com sínteses sobre a obra de cerca de sessenta autores considerados seminais, assim como dos principais estudos sobre essas, o nome de Rui Barbosa só é referenciado na obra de Luiz Viana Filho, de 1949, Rui & Nabuco, justamente onde o contraste entre o homem de idéias e o homem de ações é assinalado a favor do intelectual pernambucano. (AGUIAR, 2000: 96)

No entanto, o Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965), de Wanderley Guilherme dos Santos, que por seu formato de enumeração de referências bibliográficas permite manter uma ambição totalizante, incluindo periódicos, autores e obras, divididas cronologicamente, em que constam a obra completa (40 volumes) e mais sete textos de Rui Barbosa como referências em seu roteiro sobre o pensamento social brasileiro, incluindo o parecer jurídico sobre a emancipação dos escravos, relatório do Ministério da Fazenda, e textos sobre Estado de Sítio, Finanças e Política, a Queda do Império, as Cartas da Inglaterra e o Partido Republicano Conservador (SANTOS, 2002: 151).

Retomando a comparação entre Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero e Gilberto Freyre, os livros de SANTOS (2002) e AGUIAR (2000) permitem apontar para o seguinte quadro:

Produção bibliográfica de alguns pensadores brasileiros (séc. XIX e XX)

² Vinte e sete anos depois o historiador José Murilo de Carvalho (2000: 18) vaticina que nas críticas documentadas de que Rui Barbosa beneficiara parentes através do empreguismo, “Magalhães Júnior estava mais interessado em desmoralizar Rui Barbosa do que em estudar o clientelismo”, embora Walnice Nogueira Galvão (2005: 363) não identifique de forma negativa nenhuma das diversas biografias que o jornalista escreveu, como Dom Pedro II e a Condessa do Barrals, Deodoro – a espada contra o Império e a já citada obra sobre o jurista.

		RUI BARBOSA	JOAQUIM NABUCO	SILVIO ROMERO	GILBERTO FREYRE
SANTOS (2002)	Do autor	47	5	26	13
AGUIAR (2000)	Do autor	0	17	15	18
	Sobre o autor	1	36	30	47

Fontes: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965). B. Horizonte: UFMG / Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002; e AGUIAR, Ronaldo Conde. Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro. Brasília: Paralelo 15 / S. Paulo: Marco Zero, 2000.

Embora SANTOS (2002) coloque o jurista baiano em posição imbatível no que se refere ao volume de produção, com um número de obras maior do que a somatória das obras dos três outros intelectuais escolhidos por nós, AGUIAR (2000) não só exclui Rui Barbosa de seu rol de pensadores como marca de forma clara o maior relevo e a recepção mais ampla das obras de Nabuco, Freyre e Romero pela quantidade de estudos críticos que foram capazes de despertar, além do que um levantamento nos títulos sobre o jurista baiano elencados no Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros nos defrontamos com uma literatura volumosa, mas claramente acrítica, vinculada ao mito, como no texto de Edith Abreu, Rui e Deus (s.d.), de Antônio Batista Pereira, Diretrizes de Rui Barbosa (1932) – que analisa a obra do jurisconsulto sob o ponto de vista político, militar, jurídico, lingüístico e didático – de Ney Cabral, Rui e a Medicina (1949), entre outros títulos de natureza heterogênea que não encontra sucedâneo em nenhum dos trabalhos sobre os outros três autores de nossa comparação.

Diversos fatores, além de suas características inatas, podem influenciar a forma como um autor, sua obra ou sua memória se mantêm ou se desgastam com o tempo: a vinculação de seu nome a diferentes grupos e movimentos; a produção editorial, acadêmica e jornalística; o envolvimento de instituições, a promoção de diferentes eventos e acontecimentos específicos.

Em nosso entender, em Rui Barbosa ocorreu de forma clara uma separação entre obra e autor, no qual a primeira vitimada pela profunda ligação com o momento em que foi produzida perde importância com o tempo, e o segundo, se mantêm como sólido símbolo cívico, perpetuado em monumentos e recordado constantemente por grupos profissionais, como os advogados que referenciam sua memória em diversas oportunidades, por instituições, como a Casa de Rui Barbosa, que reedita sua monumental obra (com cerca de

150 volumes) ao longo das décadas e subsidia a pesquisa acadêmica vinculada a temas afins, ou por conjunturas diversas, como recentemente, quando em meio à crise política e discussões sobre democracia e projeto republicano, a Revista Época, a partir de um júri de notáveis, o elegeu O MAIOR BRASILEIRO DA HISTÓRIA (fato similar ocorreu em 1999 quando a REVISTA ISTO É fez enquête semelhante dividindo por área do conhecimento a posição de BRASILEIRO DO SÉCULO, cabendo ao jurista a vitória na categoria “Justiça e Economia”, com 75% dos votos, e, mais recentemente, quando o jornal FOLHA DE SÃO PAULO entrevistou 200 membros da elite intelectual, política e econômica do país que apontaram Getúlio Vargas (16 votos), Juscelino Kubtsichek (15 votos), Machado de Assis (13 votos) e Rui Barbosa (9 votos) como os nomes de maior destaque na história do país).

Dessa forma, convivem, de forma dual, esquecimento e imortalidade.

Bibliografia

ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa / Rocco, 1996.

AGUIAR, Ronaldo Conde. Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro. Brasília: Paralelo 15 / S. Paulo: Marco Zero, 2000.

BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. S. Paulo: Cultrix, 1972.

CÂMARA JÚNIOR, J. Matoso. “Filologia”, In: MORAIS et BERRIEN, 1998: 381-420.

CANDIDO, Antônio. Formação da Literatura Brasileira. Volumes 1 e 2. Belo Horizonte: Itatiaia / S. Paulo: EDUSP, 1975.

CAPRIGLIONE, Laura. SPINELLI, Evandro. “O Brasileiro”, In: FOLHA DE SÃO PAULO, 01/04/2007: A16.

CARVALHO, José Murilo de. “Rui Barbosa e a razão clientelista”. In: Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000, disponível em

[<http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a->

[j/FCRB_JoseMuriloCarvalho_Razao_clientalista.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_JoseMuriloCarvalho_Razao_clientalista.pdf)], Visitado em 12/02/2007.

CDPB – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia. Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999.

GALVÃO, Walnice Nogueira. “A voga do biografismo nativo”, In: Estudos Avançados, USP: São Paulo, 19 (55), 2005: 351-366.

JOHNSON, Phil Brian. “Up-tight about Ruy: an essay on Brazilian Cultural Nationalism and Mythology”, In: Journal of Interamerican Studies and World Affairs, 1973, 15(2): 191-204.

LUSTOSA, Isabel. (org.) Estudos Históricos sobre Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000.

MORAIS, Rubem Borba de. BERRIEN, William. Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros. Brasília: Senado Federal, 1998.

PEREIRA, Astrojildo. “Pensadores, críticos e ensaístas”, In: MORAIS et BERRIEN, 1998: 973-992.

PORTUGAL, Silvio. “Direito – de 1500 a 1943”, In: MORAIS et BERRIEN, 1998: 155-225.

REALE, Miguel. “O jovem Rui e a educação liberal”, In: Figuras da Inteligência Brasileira. S. Paulo: Siciliano, 1995: 59-76.

REVISTA ÉPOCA. O Maior Brasileiro da História. Rio de Janeiro: Globo, no.. 434, 11 de setembro de 2006: 58-66.

REVISTA ISTO É. O Brasileiro do Sécul. Disponível em [<http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/justica/jus1.htm>], Visitado em 12/02/2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965). B. Horizonte: UFMG / Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.